

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.140 - PR (2019/0104629-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BAUCON - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**  
**ADVOGADOS : FLORIANO GALEB - PR001373**  
**MANUELLA DE OLIVEIRA MORAES - PR061751**  
**AGRAVADO : RODRIGO BZUNEK ALVES**  
**ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO NUNES DA SILVA - PR039390**  
**JOÃO VITOR COELHO DO PRADO MORTEAN - PR091513**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BAUCON - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO - DO APELO DA BAUCON EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECE PRAZO DE TOLERÂNCIA DE 90 DIAS - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 51 DO CDC NESTE ASPECTO - PRECEDENTES - ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL - FORÇA MAIOR EM RAZÃO DE DIAS CHUVOSOS E DE ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA IRRELEVANTE - RESPONSABILIDADE PELO ATRASO DA ENTREGA DO IMÓVEL MANTIDA - INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES DEVIDO AO ATRASO DA OBRA - CABIMENTO - PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO - JUROS DE MORA QUE INCIDEM DESDE A CITAÇÃO - REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO DO APELO DE RODRIGO BZUNEK ALVES - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - ABORRECIMENTOS E DISSABORES INCOMENSURÁVEIS - FIXAÇÃO DO QUANTUM QUE DEVE ATENDER AS FUNÇÕES COMPENSATÓRIA QUANTO PUNITIVA DA INDENIZAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Quanto à controvérsia pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 186, 884, 927 e 944 do CC no que concerne à inexistência de dano moral na espécie, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, vê-se, a toda evidência, que houve mero constrangimento e frustração negocial, em última análise, ditada pela própria insolvência dos compradores-recorridos que, segundo a iterativa jurisprudência, inclusive, do Superior Tribunal de Justiça, não enseja a concedida indenização por dano moral em decorrência de atraso na entrega do imóvel - que, como demonstrado, resultou ilidido em decorrência da marcante mora dele próprio em pagar o grande saldo devedor do preço da aquisição (...) (fl. 525).

Quanto à controvérsia pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial com julgados do TJ/DFT e STJ.

É o relatório. Decido.

O Tribunal local assim julgou a questão ora em debate:

Quanto a condenação por danos morais, conforme já restou demonstrada a inadimplência da construtora, diga-se no que se refere ao atraso da obra, o dano moral é cabível como forma de compensar a frustração e a angústia de não receber o imóvel na data prevista, considerando que houve prorrogação da entrega do imóvel, gerando a expectativa de ocupação pelo comprador frustrada.

No entanto, é importante ressaltar que o valor a ser ressarcido deve atender tanto a função compensatória quanto punitiva da indenização, sempre considerando as peculiaridades de cada caso. Assim, não pode o montante ser desproporcionalmente baixo de modo a não representar uma sanção à conduta reprovável do condenado, mas também não pode ser exorbitantemente alto a ponto de configurar enriquecimento ilícito da vítima.

Levando em consideração o porte financeiro das partes envolvidas, o valor do imóvel objeto do contrato, bem como o dano sofrido, atendendo ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) se apresenta coerente (fls. 354/355).

Com efeito, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)" (AgRg no REsp 1.773.075/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 07/03/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.374.756/BA, Rel.<sup>a</sup> Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 01/03/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1.356.000/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 06/03/2019; e REsp 1.764.793/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 08/03/2019.

Consigne-se, ainda, quanto à alegada existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a” e obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso." AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018.

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

